



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 50ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear a RC Comunicação pelos 40 anos de sua fundação
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 50ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/10/2013

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Vanderlei Miranda – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Álvaro Costa Rezende – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:
Ivair Nogueira - Antônio Genaro - Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) – Às 20h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Antônio Genaro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a RC Comunicação pelos 40 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Álvaro Costa Rezende, presidente da RC Comunicação; Adolpho Resende Netto, diretor da RC Comunicação; e deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaria de destacar a presença, nesta solenidade, do jornalista Nestor de Oliveira, em cujo nome estendemos nossas saudações a todos os comunicadores, jornalistas e apresentadores.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Grupo Vianna Musicais.
– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.
– Procede-se à exibição do vídeo.



Palavras do Deputado Vanderlei Miranda

Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa; Sr. Presidente da RC Comunicação e dileto amigo, Álvaro Costa Rezende; Sr. Diretor da RC Comunicação, Adolfo Resende Neto; senhores e senhoras, boa noite. Quero saudar também nossa assessoria, todos os profissionais de imprensa que aqui estão, de forma geral, o mundo publicitário, que se concentra nesta noite para esta homenagem que fazemos à RC, especialmente ao nosso caro amigo. Queria saudar de forma muito especial aqueles que, de suas casas, acompanham a transmissão da TV Assembleia, que é feita para mais de 400 municípios no nosso grande e maravilhoso Estado de Minas Gerais. Todos vocês que de casa nos assistem sejam bem-vindos a esta homenagem.

Quando assisti ao vídeo tão bonito e tão bem produzido, pensei: “Meu discurso perdeu o sentido”. Esse vídeo é uma bela síntese de tudo aquilo que a RC, sua presidência e seus cooperadores têm feito ao longo desses 40 anos.

Quero aproveitar, usando um pouco do texto que preparamos, para dizer que a reunião que acontece nesta Casa tem exatamente essa proposta que todos os senhores já conhecem: prestar uma mais do que justa homenagem a uma pessoa jurídica e, especialmente, a uma pessoa física, porque as duas se confundem. Na pessoa jurídica, homenageamos a RC Comunicação e, na pessoa física, homenageamos o nosso querido amigo Álvaro Rezende.

Em razão das turbulências pelas quais o País tem passado ao longo dos anos, apesar de ultimamente experimentar uma fase mais tranquila da economia, diria que sobreviver por 40 anos, em qualquer que seja o mercado, meu querido amigo Álvaro, é motivo para ser condecorado como herói. Num mercado como o que a RC atua, creio que ser herói é pouco. Se olharmos para o cenário mineiro das agências de publicidade, em razão de uma série de situações e acontecimentos, perceberemos que poucas sobreviveram quando colocadas à prova em todos os sentidos: competência, seriedade, transparência e qualidade do serviço prestado. Muito poucas sobreviveram.

Não sou do mercado publicitário, mas, de certa forma, venho atuando na comunicação faz alguns anos, e todos sabemos que hoje o eixo Rio-São Paulo dominou, entre outras áreas, também a da publicidade. Quando olhamos para o nosso estado e analisamos a importância das contas conquistadas pela RC Comunicação, sabemos que essa conquista é resultado, sem nenhuma sombra de dúvida, da competência do seu presidente, dos seus diretores e da sua equipe de trabalho, com toda a certeza. Sobreviver num mercado tão difícil como este e conquistar boas contas é um ato heroico, repetindo o que já foi dito. Sobreviver por 40 anos poucas empresas conseguirão, principalmente porque os dados demonstram que a maioria das empresas morrem no seu nascedouro. Apenas algumas poucas sobreviventes conseguem avançar um pouco mais, e só aquelas mais ousadas conseguem firmar e garantir o seu espaço no mercado e assim chegar aos 40 anos, como é o caso da RC Comunicação. Não é fácil. Digo isso porque por muito tempo também militei na área comercial e industrial e sei o quanto de fato é difícil para uma empresa, num país cuja carga tributária é exorbitante, conseguir sobreviver. É muito difícil.

Sabemos da importância que a publicidade tem para a economia como um todo. Não dá para imaginar o mercado sem a publicidade. Pode parecer um pouco exagerado o que vou dizer, mas o mercado e a publicidade são quase irmãos siameses, porque um não vive sem o outro e ambos têm a mesma importância um para o outro.

E eu dizia, numa entrevista que dei há pouco, ao chegar aqui, uma frase – creio que o mundo da publicidade deve conhecê-la –, que foi a resposta dada pelo patriarca dos Rockefeller. Se não me engano, essa pergunta foi feita a Nelson Rockefeller e estou dizendo aqui o patriarca, mas não sei se, de fato, Nelson Rockefeller é o patriarca da família Rockefeller, que é uma família muito antiga nos Estados Unidos. Quando perguntaram a ele: “Se o senhor perdesse toda a fortuna que conseguiu em toda a sua vida, a ponto de ficar com apenas US\$1,00, o que o senhor faria com ele?”. Ele respondeu: “Eu investiria em publicidade”. Daí vemos a importância da publicidade para o mercado como um todo.

Eu sei, meu querido e meu dileto amigo Álvaro Rezende, que abrir esta Casa nesta noite, receber aqui a sua pessoa, receber aqui os seus convidados, poder prestar esta homenagem, é uma honra muito grande para mim. Estou verdadeiramente honrado de ter sido o autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Sei que é uma singela homenagem que esta Casa presta a uma grande empresa, mas é papel também desta Casa reconhecer, em nosso estado, aquelas empresas que têm deixado uma marca, que têm imprimido uma marca forte no nosso estado, na economia do nosso estado, alavancando nossa economia. E não somente de Minas, porque todos bem sabemos que as fronteiras já foram há muito ultrapassadas no trabalho que a RC vem realizando ao longo desses 40 anos. Por isso considero que esta homenagem é muito pequena, dada a grandeza e a importância da RC, especialmente da sua pessoa e também dos seus colaboradores. Parabéns por esses 40 anos.

Você me disse algo no dia em que tivemos o prazer de almoçar juntos, que me marcou. Você disse: “Estou completando os 40 anos com o mesmo CGC, num primeiro momento, e atualmente CNPJ”. Essa também é uma prova de que, de fato, você foi capaz de superar, ao longo desses 40 anos, muitas turbulências para chegar até aqui com um único número de CNPJ, coisa rara, mas, com certeza, fruto do trabalho competente que sua empresa vem prestando. Parabéns, parabéns a todos os seus colaboradores. Que Deus o abençoe e que nos abençoe a todos para que possamos continuar, cada um de nós, dentro da nossa proposta e do nosso tempo de existência, a cumprir aquele que é o plano e o propósito de Deus para cada um de nós. Que Deus nos abençoe, dê-nos saúde e força para podermos continuar. Mais uma vez, parabéns.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Ivair Nogueira, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao Sr. Álvaro Costa Rezende, presidente da RC Comunicação, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Fundada em 31 de julho de 1973, a RC Comunicação nasceu de um sonho do seu fundador Álvaro Costa Rezende: transformar a forma de fazer comunicação. Nesses 40 anos de existência, a empresa, com criatividade e competência, conquistou todos os prêmios da propaganda regional e nacional e trabalha para repetir o sucesso em cada um dos próximos 40 anos. Nesta ocasião, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageia seus diretores e colaboradores, em reconhecimento à grandeza dessa importante empresa de comunicação”.

O presidente – Convido o deputado Vanderlei Miranda e o nosso amigo Adolpho Resende Netto, diretor da RC Comunicação, para que façam parte da entrega da placa, que é uma grande honra para a Assembleia.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Álvaro Costa Rezende

Exmo. Sr. Deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente da Assembleia, amigo de longa data, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa; Exmo. Sr. Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; senhoras e senhores, boa noite. Esta é uma Casa por onde passaram e permanecem grandes oradores, como o meu querido amigo Vanderlei Miranda, deputado, pastor, brilhante responsável pela Igreja da Lagoinha, amigo de velha data. Gostaria de fazer uma saudação especial a ele, meu caro amigo e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem que nos enche de orgulho. Em nome de toda a diretoria e dos funcionários da RC, agradecemos de coração a lembrança.

Um estudo realizado pelo Sebrae, divulgado recentemente, mostrou que Minas Gerais é o Estado onde as empresas mais sobrevivem no Brasil. A cada 100 empresas abertas no Estado, 81 permanecem no mercado após dois anos. É a maior taxa de sobrevivência do País, bem acima da média nacional, que é de 76%. Se os empresários brasileiros penam para se manter no mercado durante dois anos, imaginem só quantos desafios e barreiras tivemos de enfrentar em quatro décadas de história. Conversava com um amigo jornalista ontem, quando foi seu aniversário, que me disse: “Álvaro, uma agência viver 40 anos em Minas Gerais é como viver 80 anos em São Paulo. Não conheço nenhuma agência paulista com 80 anos”.

Mas posso dizer hoje que vencemos e estamos prontos para enfrentar quaisquer dificuldades que estiverem por vir, pois continuaremos sendo uma empresa séria e que gosta de superar barreiras. Nosso negócio não é um negócio comum, como bem disse o caro deputado Vanderlei. É uma prestação de serviços diferente, bem atípica. Todas as nuances do País, como crise econômica, inflação, greves, trocas de governo e chuvas impactam o nosso segmento. Por isso, mais que visão empreendedora, estar com uma empresa de comunicação em plena atividade é um ato de heroísmo. Não só dos diretores, mas de uma equipe heroica que sua a camisa para nos ajudar a enfrentar as dificuldades e alcançar nossos objetivos. Perguntam-me frequentemente qual o segredo para a longevidade de uma empresa, e respondo: a chave é a inovação e a criatividade. A RC sempre buscou ser inovadora, desde seus processos e métodos de trabalho até a busca por equipamentos e profissionais para acompanhar a rápida evolução tecnológica que vivemos.

Nosso pioneirismo rende boas histórias. Fiz uma viagem a Nova Iorque há bastante tempo. Naqueles dias haviam lançado um aparelho novo, revolucionário, chamado fax. Depois de descobrir o que o tal aparelho fazia e como funcionava, resolvi trazer um para a agência. Logo que cheguei com o fax, todos se entusiasmaram, todo mundo queria usá-lo. Em vão. Como éramos a primeira empresa do mercado a ter uma geringonça daquela, ficamos de mãos atadas, não conhecíamos ninguém a quem mandar mensagens e ver o fax realmente funcionando. Por isso digo que o pioneirismo e a inventividade são fundamentais nesse negócio de comunicação, pois nada se repete, nenhum serviço se repete, nenhum cliente se repete, nenhuma ideia se repete, nada em uma agência se repete, e, portanto, não podemos parar, nunca. Por isso estamos vivos até hoje.

Há muito tempo, procurei um anunciante, na verdade, prospectei, procurei um possível cliente que tinha uma rede de lojas de venda de tecidos. Era uma família portuguesa. Procurei o responsável, o líder dos irmãos e lhe falei sobre a nossa área de comunicação. Ele me disse: “Nosso pai nos ensinou a não fazer propaganda”. Eles fecharam o negócio dois ou três anos depois. Temos de ser novos e nos reinventar todos os dias. Por isso, tenho orgulho de afirmar que fomos inovadores nesses 14.600 dias de história. E preparem-se! Posso afirmar a todos que já comecei um tratamento de última geração e que estarei com vocês para comemorar os 80 anos da RC Comunicação.

Para concluir, não posso deixar de agradecer a todos os funcionários da RC, aos atuais e aos mais de 500 profissionais que passaram por aqui, que são a essência, o nosso coração, e que construíram esta agência, que hoje é uma das mais sólidas do País. A RC se orgulha de ser uma reveladora de talentos profissionais, e todos, sem exceção, deixaram sua marca na nossa história. Temos aqui uma ex-funcionária, que começou na RC e saiu de lá para montar sua agência – uma brilhante agência por sinal. Não podemos nos esquecer também de nossos clientes, parceiros e fornecedores, que acreditam em nosso trabalho e em nossas ideias. Tenho o orgulho de bater no peito e dizer que não temos só uma empresa, temos uma família sólida, de muitos membros, e que foi construída harmonicamente ao longo dessas quatro décadas. Obrigado! Não tenho o dom da oratória.

Palavras do Presidente

Meu amigo Álvaro Costa Rezende, Presidente da RC Comunicação; prezado Adolpho Resende Netto, diretor da RC Comunicação; e meu amigo e companheiro de partido, deputado Vanderlei Miranda, que foi muito feliz ao apresentar o requerimento que deu origem a esta justa homenagem, boa noite. Quero ainda cumprimentar o empresário Newton Cardoso Júnior, representando o deputado federal Newton Cardoso; o Adriano, que foi o braço direito de um dos homens mais importantes deste país, o saudoso José Alencar; o Nestor Oliveira, um amigo também; e cada um de vocês aqui presentes.

A RC Comunicação, cujos 40 anos de existência ora celebramos, é uma agência pioneira que vem, ao longo de sua história, mudando o panorama da publicidade em Minas Gerais. Fundada em 1973, a empresa é um modelo de eficiência e pioneirismo. Tornou-se, ao assumir a conta da Caixa Econômica Federal, a primeira agência de publicidade do Estado a atender uma conta nacional. Seu caráter vanguardista foi evidenciado também pela abertura da RC Brasília, a primeira filial de uma agência mineira fora de nosso Estado.

A conquista de prêmios regionais e nacionais e a seleção para integrar festivais no País e no exterior confirmam a competência e a criatividade da RC Comunicação. Em 2010, a agência era a única do Estado a constar na lista de finalistas do importante festival de publicidade realizado em Cannes, na França. No mesmo ano, venceu a 4ª edição do Yahoo! Big Idea Chair, com a campanha “Doe palavras”, concebida para o Instituto Mário Penna, que atende diariamente mais de 3 mil pessoas com câncer. Além de receber a



maioria dos votos dos jurados, a campanha também conquistou a maior parte dos votos dos internautas, transformando a RC Comunicação na única agência fora de São Paulo a ser contemplada com o prêmio.

Em 2013, ano em que comemora quatro décadas de existência, a RC Comunicação foi eleita, no Prêmio Minas de Comunicação, a agência digital do ano. Destacou-se como a agência mineira mais premiada pela revista *About* no prêmio voto popular. A sede da empresa, que tem localização nobre na capital mineira, no Bairro de Lourdes, abriga toda a estrutura necessária para a condução de todas as etapas da atividade publicitária. Além disso, a empresa conta com mão de obra altamente capacitada e motivada, proporcionando a seus mais de 60 funcionários um ambiente de trabalho marcado pela criatividade, pela seriedade e pelo respeito. Aproveito o ensejo para parabenizar todos os profissionais que participam, no dia a dia, da história dessa grandiosa empresa.

Em razão de tantos diferenciais, a agência hoje detém as contas de clientes de peso, tanto do setor público quanto do privado. Atende a várias secretarias do governo de Minas e à prefeitura de Nova Lima. Entre seus clientes oriundos da iniciativa privada, encontram-se o Boulevard Shopping, a concessionária Recreio e a MRV Engenharia.

Boa parte do sucesso alcançado pela RC Comunicação, ao longo dessa trajetória, se dá em razão da atuação de Álvaro Costa Rezende, seu fundador e atual presidente. Esse publicitário competente, que hoje é reconhecidamente um dos líderes da propaganda brasileira, havia exercido, antes de fundar a RC Comunicação, o cargo de diretor comercial da TV Itacolomi. Participou também da criação do Sindicato das Agências de Propaganda de Minas Gerais e ocupou as posições de presidente e vice-presidente da Federação Nacional das Agências de Propaganda.

Esta Casa aplaude a RC Comunicação pelos valiosos serviços prestados a Minas Gerais nestas quatro décadas, inserindo nosso estado no cenário da publicidade nacional e internacional, e deseja-lhe vida longa e permanente sucesso. Falo aqui não só em meu nome, mas em nome de todos os deputados desta Assembleia, especialmente do deputado Vanderlei Miranda, autor desse requerimento, e também do nosso valioso deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia, que hoje não pôde estar presente, mas manda-lhe um abraço todo especial, sabedor que é da importância que você tem no contexto da comunicação de Minas Gerais e de fora do nosso estado. Não é à toa que a RC tem esse reconhecimento, não é à toa que ela tem a competência e, a cada dia que passa, ganha confiabilidade dos mercados público e privado, com grandes contas.

Como disse o deputado Vanderlei Miranda, meu amigo, essa singela homenagem nesta noite na Assembleia de Minas Gerais é um reconhecimento do deputado Vanderlei Miranda e do povo mineiro para que realmente você fosse, nesta noite, coroado pelo trabalho profícuo que vem fazendo em prol da comunicação. Nós todos sabemos: sem comunicação não há a menor condição de sobrevivência. Quem dizia isso era o nosso Chacrinha, que já falava que quem não se comunica se estrumbica. Por isso precisamos ter uma grande agência de publicidade. E Minas Gerais tem o privilégio, Álvaro, de contar com sua competência, com essa grande agência. Parabéns pelos 40 anos, extensivo a todos os seus funcionários. Leve o abraço da Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos mais uma apresentação do Grupo Vianna Musicais, que fará uma apresentação representando 40 anos de música mineira, em homenagem à trajetória dos 40 anos da RC Comunicação.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 14, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/9/2013

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Anselmo José Domingos, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Cláudio Pinto de Paiva Júnior, presidente da Câmara Municipal de Mateus Leme, pedindo informações da comitiva que esteve vistoriando a situação da MG- 50, no dia 16/5/2013; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: dos Srs. Paulo César Teodora, prefeito municipal de Lagoa da Prata (24/8/2013); Ricardo Augusto Simões Campos, presidente da Copasa-MG (23/8/2013); Alceu José Torres Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação (29/8/2013); Dimas Fabiano, deputado federal (29/8/2013); e Danilo de Castro, secretário de Governo (5/9/2013). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 3.731/2013 (relator: deputado Gustavo Valadares), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs. 5.327, 5.445, 5.468, 5.469, 5.470, 5.471, 5.472, 5.473 e 5.508/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Fred Costa (5) em que solicita seja realizada audiência pública para debater a respeito da situação das obras do Rodoanel Norte, da RMBH; seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de informações sobre obras públicas visando à melhoria das condições da MG-290, na região Sul de Minas



Gerais; seja realizada audiência pública para debater o início das obras do Anel Rodoviário - trechos norte e sul; seja realizada audiência pública para debater o projeto das obras de melhoria e expansão do metrô, referente ao plano elaborado pelo governo do Estado; e seja realizada audiência pública para debater a Resolução nº 245, de 27/7/2007, do Contran, que dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos, nacionais e estrangeiros; Celinho do Sinttrocel (13) em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação do transporte público da Região Metropolitana de Belo Horizonte; seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para reativação da linha de transporte rodoviário intermunicipal que liga Belo Horizonte ao Distrito de São Sebastião do Gil, no Município de Desterro de Entre Rios; seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido de providências para que se instalem torres de telefonia que atendam aos moradores do Distrito de Quartel do Sacramento e adjacências, compreendidas por Passa Dez, Palestina, Vista Alegre, Córrego da Derrubada e Córrego do Areia, no Município de Bom Jesus do Galho; seja encaminhado ao superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes e ao diretor-presidente da empresa Consol-Espa pedido de providências para que, no projeto executivo elaborado para a BR-367, o trecho do lote 1 passe o mais perto possível do perímetro urbano de Salto da Divisa, de forma a viabilizar a implantação do Projeto Museu do Percurso; seja encaminhado ao superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes e ao diretor-presidente da empresa Consol-Espa pedido de providências para que seja incluído no lote nº 1 do projeto executivo elaborado para a BR-367 os trechos não asfaltados e as pontes entre os Municípios de Jequitinhonha e Jacinto; seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a expansão do número de linhas de transporte público intermunicipal entre Moeda e Belo Horizonte, Belo Vale e Belo Horizonte, Bonfim e Belo Horizonte, com quadro de horários que atenda a população; seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a inclusão no Programa Caminhos de Minas do trecho de 14 km de terra que interliga os Municípios de Belo Vale e Moeda, na região central do Estado; sejam encaminhadas ao procurador-geral de justiça do Estado as notas taquigráficas da reunião de audiência pública realizada no dia 4 de setembro de 2013, com a finalidade de debater a realidade das instituições rodoviárias; sejam encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho, ao diretor-geral do DER-MG, ao Sintder e à Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil as notas taquigráficas da reunião de audiência pública realizada no dia 4 de setembro de 2013, com a finalidade de debater a realidade das instituições rodoviárias; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências para promover concurso público a fim de suprir as necessidades da autarquia, dando condições a instituição de realizar de forma direta as atividades fim hoje realizados por terceiros; seja encaminhado ao diretor-geral DER-MG do pedido de providências para a limitação da contratação de trabalhos e consultoria às áreas que não sejam inerentes ao órgão, vedando a terceirização em atividades fim, como execução de projetos e todas as fases de fiscalização de obras e de transporte público; seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para a criação de linhas de transporte público intermunicipal entre Moeda e Belo Vale, com quadro de horários que atenda a população; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre a lista de empresas de prestação de serviços e consultoria e suas respectivas áreas de atuação, bem como o número e função dos trabalhadores à disposição; Celinho do Sinttrocel e do Deputado Luiz Henrique (5) em que solicitam seja encaminhada à presidenta do Brasil, ao governador do Estado, ao ministro dos Transportes, ao presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, ao secretário de Transportes e Obras Públicas, ao superintendente regional do Dnit, a todos os deputados estaduais, federais e senadores da bancada mineira as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária; seja encaminhado ao superintendente regional Dnit pedido de providências para que seja agilizada a realização do processo licitatório do projeto executivo de asfaltamento da BR-367, no trecho localizado entre Minas Novas e Virgem da Lapa; seja encaminhado ao superintendente regional do Dnit pedido de informações acerca do andamento do projeto executivo de asfaltamento da BR-367 haja vista que há trechos ainda sem asfalto; seja encaminhado ao superintendente regional de Dnit e ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o cronograma de execução das obras e a prestação de contas do convênio 497.166, firmado entre o Dnit e o DER-MG, no valor de 60 milhões de reais, publicado no Diário Oficial da União em 5/7/2002; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informação acerca dos motivos que fundamentaram a construção de pontes provisórias no trecho da da BR-367 que liga Salto da Divisa a Jacinto; seja encaminhado ao superintendente regional de Dnit pedido de informações detalhadas sobre a licitação ou alocação de recursos referentes ao Projeto Crema 2; Dalmo Ribeiro Silva (3) em que solicita seja encaminhado voto de congratulações ao jornal *Itajubá Notícias*, por ocasião do seu 10º aniversário, assim como seja dada ciência deste requerimento ao Sr. Rodrigo Marques, seu diretor-presidente; sejam encaminhados ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao diretor-geral do Detran-MG pedido de providências que sejam elaborados e executados os projetos técnicos necessários para a implementação das melhorias na via, acostamento e condições de segurança da Rodovia Estadual MG-290, que liga o Município de Pouso Alegre ao Município de Jacutinga, na divisa com o Estado de São Paulo; seja encaminhado aos superintendentes da Ferrovia Centro Atlântica – FCA –, do DNIT e da ANTT pedido de providências para viabilizar a transposição da linha férrea, a instalação de cancelas e de pontos de manutenção e manobra, a retirada do desvio, a indenização aos moradores prejudicados, a diminuição da velocidade, dos apitos sonoros, do peso excessivo dos vagões e do acúmulo de sujeira às margens da rodovia, bem como a doação dos imóveis pertencentes à antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA - para o Município de Carmo do Cajuru e a regularização da dívida da FCA, decorrente da não instalação de passagens de nível; Anselmo José Domingos (3) em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições do transporte coletivo metropolitano nos Municípios de Ribeirão das Neves e Esmeraldas e acompanhar o cumprimento das determinações feitas pelo governador do Estado em 24 de junho de 2013 às empresas prestadoras desse serviço; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o novo contrato de asfaltamento para o trecho que liga o distrito de Senhora do Carmo, em Itabira, ao Município de Itambé do Mato Dentro; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências com a finalidade de minimizar os impactos causados pela não conclusão da pavimentação do trecho liga o Distrito de Senhora do Carmo, em Itabira, ao Município de Itambé do Mato Dentro, assim como avaliar a qualidade técnica do trecho já concluído; Sávio Souza Cruz (4) em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja construído o entorno rodoviário de Esmeraldas ligando a



MG-60, antes e depois do município, sem passar pela área urbana do município; seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, moção de repúdio pelo não comparecimento de nenhum representante dessa pasta na reunião de audiência pública realizada no dia 4 de setembro de 2013, no Teatro da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de debater a realidade das instituições rodoviárias; seja encaminhado ao procurador-geral de Justiça do Estado pedido de providências para que a terceirização do DER-MG seja suspensa; seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que suspenda a terceirização do DER-MG; Ivair Nogueira (4) em que solicita seja encaminhado ao superintendente regional do DNIT pedido de providências para que seja duplicada a Rodovia BR-153 e construído um viaduto no entroncamento com a Rodovia MG-497; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências para que seja duplicada a Rodovia MG-497 no trecho que liga o Município de Uberlândia ao Município de Prata; seja encaminhado ao diretor da BHTrans pedido de providências para que sejam instalados redutores de velocidade nas proximidades das escolas situadas no Bairro Jardim Vitória; seja encaminhado ao diretor da BHTrans pedido de providências para que seja melhorada a sinalização das seguintes logradouros do Bairro Jardim Vitória: Ruas Milton Dias, José Flausino, Paulo José da Silva, Henriqueta Lisboa, Jorge Vieira, Geraldo Ferreira da Glória, José Rachel de Pinho, Januário Borges, Josefino Pinto, Otávio Bernardes, Maria de Lourdes de Pinho, José de Lima Géio, Damião Santos Araújo, Armindo Gonçalves Ferreira, Geralda Gonçalves Nascimento e Avenida Dois; Neider Moreira seja realizada audiência pública para dar continuidade ao debate sobre a execução do cronograma das obras de pavimentação do trecho da Rodovia MG-252, que liga o município de Araújos a Moema; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada audiência pública para debater a doação de imóvel à Escola Estadual Ordem e Progresso, localizada no Município de Belo Horizonte, objeto do Projeto de Lei nº 3.883/2013; Bosco em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes e Obras Públicas e ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências para elaborar projeto de pavimentação asfáltica entre o trecho da Rodovia BR-262 ao Distrito de Itaipu, no Município de Araxá; Dilzon Melo, Ivair Nogueira, Duarte Bechir, Pompílio Canavez e Leonídio Bouças (5) em que solicitam seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências para readequar o entrocamento da BR-265 com a MG-167, em Santana da Vargem; seja encaminhado ao superintendente regional do DNIT pedido de providências para que proceda a estudo que viabilize melhorias físicas e novas sinalizações no entrocamento da BR-265 com a MG-167; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências para a colocação de redutores de velocidade no entrocamento das rodovias MG-167 e BR-265, nas modalidades eletrônico e quebra-molas, limitando-a ao máximo de 40 km/h; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências para a redução da velocidade máxima de 80km/h para 60km/h nos radares próximos ao trevo de Santana da Vargem, na MG-167; seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o relatório constando calendário da execução das obras programadas para a readequação do trevo e confluência da MG-167 com BR-265, em Santana da Vargem; Leonídio Bouças em que solicita seja encaminhado ao superintendente da Autopista Fernão Dias pedido de providências para a instalação de placas indicativas de acesso aos Municípios de Santana da Vargem, Três Pontas, Varginha, Boa Esperança e Campos Gerais, na rodovia BR-381, através da saída para a rodovia BR-265, em direção a Nepomuceno e Coqueiral; Ivair Nogueira e Juarez Távora (3) em que solicitam seja encaminhado ao superintendente da Autopista Fernão Dias pedido de informações sobre as intervenções previstas e em execução na Rodovia BR-381; seja encaminhado ao superintendente da Autopista Fernão Dias pedido de providências para a instalação de uma passarela nas proximidades da Vila Santa Terezinha, no Município de Itatiaiuçu; seja encaminhado ao superintendente da Autopista Fernão Dias pedido de providências para a instalação de redutores de velocidade ou implantação de via de mão única no trecho compreendido entre o km 501 em Betim até a trincheira que faz ligação com o Município de Mário Campos; Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública no município de Borda da Mata para debater as condições da Rodovia MG-290; João Vítor Xavier em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Caeté para explicar à população local o Programa Caminhos de Minas no que diz respeito ao trecho entre Caeté e Barão de Cocais; Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública em Cachoeira do Campo, Distrito de Ouro Preto, para debater a situação da BR-356, no trecho denominado Rodovia dos Inconfidentes; Ivair Nogueira, do Deputado Gilberto Abramo e do Deputado Anselmo José Domingos (2) em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas à Lagoa da Pampulha, a fim de se averiguar as condições de mobilidade urbana no entorno da Lagoa, especialmente no que concerne às ciclovias em suas partes críticas; seja encaminhado a diretor-geral da BHTrans pedido de providências para a criação de um grupo de trabalho composto de representantes de vários segmentos da sociedade civil, em especial de entidades que atuam no ciclismo, quando da elaboração de estudos técnicos para obras de melhoria ou implantação de ciclovias no município; João Vítor Xavier em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de providências para a fiscalização do transporte, público intermunicipal de Ribeirão das Neves a Belo Horizonte; Gilberto Abramo em que solicita seja realizada audiência pública para debater o superfaturamento de obras públicas realizadas na Região da Pampulha; Adalclever Lopes em que solicita seja realizada audiência pública para debater a extensão das obras de reforma da MG-424 até o trevo de acesso a Pedro Leopoldo, uma extensão de aproximadamente 2 km e também com a finalidade de debater a solução viária para o entrocamento da MG-424 e da Avenida Camilo Alves, na área urbana; Maria Tereza Lara e Ivair Nogueira em que solicitam seja realizada audiência pública em Igarapé para debater o transporte intermunicipal que atende a esse município; e Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para que seja asfaltada a estrada de terra que interliga as cidades de Capetinga a São Sebastião do Paraíso, passando por Goianazes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.

Adalclever Lopes, presidente - Anselmo José Domingos - Celinho do Sinttrocel.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/10/2013**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.260/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.412/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 41, de 27/5/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.413/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 44, de 12/6/2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.414/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 49/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 24/6/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.456/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 40/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 27/5/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.457/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 38/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 22/5/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -, em 8/7/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 12/6/2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17/12/2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 54, de 13/12/1999. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Segurança Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Segurança Pública que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 41/2013, do Governador do Estado, que institui a gratificação de incentivo ao exercício continuado para os policiais civis do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação da Emenda nº 2, incorporada ao Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o Selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. No decorrer da discussão foi apresentada ao projeto a Emenda nº 1.



Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.748/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.518, de 6/12/2007, no âmbito das repartições públicas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, que cria cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.040/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre o porte de armas de fogo pelo Agente de Segurança Penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30/7/2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.353/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Especial do Ministério Público. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.354/2013, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e a Lei Complementar nº 100, de 5/9/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 777/2011, do deputado Carlin Moura, que dispõe sobre reserva de vaga para afrobrasileiros em peça publicitária de órgão das administrações públicas direta e indireta do Estado. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.968/2011, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conselheiro Lafaiete parte do imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.405/2011, do deputado Gustavo Valadares, que obriga as lojas de telefonia a fixar em lugar visível cartaz contendo o número do telefone da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.720/2013, do deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz nos postos de identificação da Polícia Civil e nas unidades de atendimento integrado localizadas no Estado, informando sobre a gratuidade da emissão da primeira via da carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo notificados. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.214/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2013, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.454/2013, do deputado Lafayette de Andrada, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.721, 5.722, 5.729, 5.730 e 5.732/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 15/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.535/2013, do deputado Célio Moreira.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 25/2012, do deputado Anselmo José Domingos; Projetos de Lei nºs 4.350/2013, do deputado Cabo Júlio; 4.226/2013, do deputado Fred Costa; 398/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.008/2012, do deputado Anselmo José Domingos; 3.242/2012, do deputado João Leite; 3.776/2013, do deputado Zé Maia; 3.894/2013, da deputada Ana Maria Resende; 3.960/2013, do deputado Fred Costa; 3.999/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.211/2013, do deputado Rogério Correia; 4.489/2013, da deputada Liza Prado; 4.542/2013, do deputado Dinis Pinheiro; e 4.545/2013, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.945/2013, do deputado Sebastião Costa; 4.360 e 4.498/2013, do deputado Dinis Pinheiro; 4.501/2013, do deputado Tiago Ulisses; 4.503/2013, do deputado Gustavo Valadares; 4.507/2013, do deputado Mário Henrique Caixa; 4.520/2013, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.529/2013, do deputado João Vítor Xavier; e 4.532/2013, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 15/10/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 15/10/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 333/2011, do deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.859/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 5.866/2013, da deputada Liza Prado; e 5.875/2013, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/10/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia: Requerimentos nºs 5.592 e 5.611/2013, do deputado Ivair Nogueira; 5.733/2013, do deputado Duarte Bechir; 5.737/2013, da deputada Rosângela Reis; 5.740/2013, do deputado Ulysses Gomes; 5.864/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 15/10/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.504/2011, do deputado Délio Malheiros.

Debate sobre os empréstimos e os descontos nas folhas de pagamento de aposentados.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 14H30MIN DO DIA 15/10/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 15/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 113/2011, do deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.688, 5.829 e 5.830/2013, do deputado Bosco; 5.706/2013, do deputado Pompílio Canavez; 5.753/2013, do deputado Duarte Bechir; e 5.860/2013, do deputado Fábio Cherem.

Debate com convidados sobre as formas alternativas de prevenção da dengue nos municípios mineiros.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 15/10/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ulysses Gomes, Mário Henrique Caixa, Tadeu Martins Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada comissão, para a audiência pública a ser realizada em 15/10/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a presença de federações esportivas, com a finalidade de debater questões relativas às políticas públicas voltadas para o esporte e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

Marques Abreu, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/10/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno sobre emenda(s) apresentada(s) em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2012 e ao Projeto de Lei nº 4.189/2013, do Governador do Estado, e dos Projetos de Lei nºs 1.178/2011, do deputado Leonardo Moreira, 2.276/2011, do deputado Leonardo Moreira, 2.847/2012, do deputado Doutor Wilson Batista, 3.356/2012, da deputada Liza Prado, 3.791/2013, do deputado Leonardo Moreira, 3.841/2013, do deputado Gustavo Valadares, e 4.468 e 4.470/2013, do governador do Estado, de votar, em turno único, o Requerimento nº 5.755/2013, da deputada Liza Prado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

Zé Maia, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Maria Resende e os deputados Almir Paraca e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/10/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.148/2011, da deputada Ana Maria Resende, de votar, em turno único, o Requerimento nº 5.861/2013, do deputado Anselmo José Domingos; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

Liza Prado, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/10/2013, às 14 horas, no auditório desta Casa, com a finalidade de obter informações para a construção de uma política estadual de abastecimento alimentar.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Mosconi, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2013, às 10 horas, no Centro Cultural Hermes de Paula, em Montes Claros, com a finalidade de discutir a implementação em Minas Gerais da Lei Federal nº 12.761, de 27/12/2012, que institui o programa de cultura do trabalhador e cria o vale-cultura, com a presença dos convidados constantes na pauta; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2013.

Elismar Prado, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/10/2013

O deputado Antônio Carlos Arantes* - Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, nobres colegas, senhoras e senhores, é uma satisfação voltar a esta tribuna para informar aqui a nossa filiação ao PSDB, o Partido da Social Democracia Brasileira. Fui prefeito por esse partido, por dois mandatos. Agora posso a ele retornar na minha vida pública, como deputado estadual, e continuar na defesa do governo Anastasia e do nosso ex-governador Aécio Neves, que transformou Minas Gerais. Essa transformação continua a ser realizada pelo nosso governador Anastasia. Temos uma bancada de deputados que promove o desenvolvimento da nossa Minas Gerais.

Confesso que me sinto muito honrado e feliz, porque foi com o PSDB, com o governo Aécio Neves, que vimos mais de 220 cidades realizando o seu maior sonho, a tão almejada chegada de uma rodovia pavimentada. Deputado Rômulo Viegas, V. Exa. sabe quanto isso é importante para uma cidade. Também fui prefeito de uma cidade pequena, Jacuí, que por muitos e muitos anos não teve rodovia asfaltada. No meu mandato, tivemos a felicidade de recebê-la. O povo de uma cidade que não possui rodovia asfaltada fica com autoestima baixa. O estudante que vai para outra cidade chega sujo de poeira. Na época das chuvas, chega sujo de barro. Muitas vezes nem chega porque o carro fica encravado. O governo Aécio e o governo Anastasia fizeram com que esse sonho se realizasse, junto com o Carlos Melles, que é o secretário de Obras, meu grande parceiro. Ele é do Democratas; eu, do PSDB, mas sempre muito juntos e leais.

Deputado Rômulo Viegas, a minha região - Sul de Minas, Jacuí, São Sebastião do Paraíso - não tem um prefeito, de qualquer partido que seja, que não reconheça o trabalho do governador Aécio e do governador Anastasia. Trouxemos o grande projeto de um partido que possui homens de peso, como Pimenta da Veiga, que tem uma história muito bonita, como parlamentar e como prefeito de Belo Horizonte, e como Marcus Pestana, presidente do nosso PSDB. Tive a felicidade de ter sido amparado pelo amigo, deputado Carlos Mosconi, grande referência para minha região de Poços de Caldas. Ele é um homem que tem uma história de trabalho e de luta na defesa da saúde.

O deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes. Quero parabenizá-lo e reconhecer publicamente o trabalho que V. Exa. faz a favor de Minas Gerais, sobretudo na sua região. V. Exa. atua em várias comissões nesta Casa, em especial na Comissão de Política Agropecuária, realizando um trabalho diferenciado, sério e honesto. Agora V. Exa. vem enriquecer também as fileiras tucanas, as fileiras do PSDB e a nossa bancada no Parlamento de Minas.

Conheço algumas pessoas da sua região, e todos elogiam e reconhecem o seu trabalho. Isso acontece não apenas lá, mas em toda Minas Gerais. Passei a admirá-lo porque tive o prazer de conviver com V. Exa. na Comissão de Política Agropecuária, de que é Presidente. Sei do seu interesse e da sua dedicação a essas causas. Portanto, estamos muito felizes com sua vinda para o PSDB. Torno público o assunto para que todos que nos acompanham e a população saibam que o PSDB, cada vez mais, arregimenta homens de bem, de peso e de família, como é o perfil de V. Exa. Parabéns. Continue trabalhando bastante. Tenho a certeza de que no ano que vem seus eleitores vão lhe dar uma votação altamente expressiva em reconhecimento ao trabalho realizado.

O deputado Antônio Carlos Arantes* - Obrigado, deputado Rômulo Viegas. Temos esperança de um Brasil melhor, que tenha uma máquina pública enxuta, que tenha um planejamento de 4, 10 e 20 anos e que o dinheiro público chegue ao povo. Parece um sonho, mas não é. Essa é a realidade de Minas Gerais. O Estado tem um governo que planeja, executa, faz acontecer e beneficia o povo. Portanto, vejo uma nova abertura para meu trabalho com essa filiação ao PSDB.



Espero conseguir muitas coisas boas para o Estado e a nossa região, que também tem problemas. Tem acontecido muita coisa positiva, mas ainda temos problemas. Fazemos divisa com o Estado de São Paulo. Infelizmente, a bandidagem, pessoas que nem sempre são bem-vindas ao nosso estado, pessoas que não representam o povo paulista, que é um povo bom, trabalhador e ordeiro, entram em Minas e cometem violência, roubos e assaltos. Nós, do PSDB, temos de continuar batalhando para cercar e proteger nossos produtores, nossas famílias e nossas cidades. Há problemas também com a economia regional. O café, que é a mola de desenvolvimento do Estado e até do País, é o que mais pesa, porque, quando se olha a balança comercial do Brasil, o que pesa é o setor agropecuário. Em Minas Gerais, não é diferente. O café tem representatividade muito grande. Mais de 1 milhão de empregos dependem da cafeicultura em Minas Gerais; mais de 400 cidades mineiras têm no café sua principal atividade econômica. Vejo o café em uma crise complicadíssima e as cidades em decadência. Se não houver uma reação rápida do governo federal para praticar políticas confiáveis e efetivas, que façam chegar recursos ao bolso do produtor rural, o empobrecimento das nossas cidades será ainda mais acelerado. É uma pena que o governo federal não entenda de política de proteção ao setor agropecuário. O brasileiro produz todos os anos. Essa é a intenção do Brasil. Todos sabemos que o produtor produzirá hoje, amanhã e continuará produzindo depois, mas não há política de curto, médio e longo prazos. Se houvesse essa política, o produtor não estaria enfrentando dificuldades. O resultado é que muitos e muitos produtores vão saindo do ramo, da atividade, que vai ficando nas mãos de grandes produtores, muitas vezes de grandes empresas. Vai saindo das cidades, das montanhas, e vai a outras regiões que tem outras potencialidades e não precisaríamos do café. Elas poderiam concentrar-se em atividades como milho, soja, feijão, girassol e uma série de outras. Mas, na região de montanhas, as oportunidades, as potencialidades agropecuárias são menores. Ter pastagem em uma área de morro não é viável economicamente. Ter café na área de montanha, com o preço a R\$260,00, R\$220,00, também não é viável.

Antes, havia café até de R\$180,00, que não dava uma bebida boa. Café de qualidade custando R\$260,00 não paga o custo de produção.

Ontem, a televisão abordou o trabalho escravo, em que as pessoas trabalham e não recebem. O poder público federal está praticando trabalho escravo, sim, com os produtores que plantam, colhem, mas seus produtos não têm preço justo, remunerável. Eles ficam no prejuízo. Isso também é trabalho escravo. Vemos com grande preocupação a situação do setor agropecuário, principalmente nossa cafeicultura.

O deputado Bosco (em aparte) - Caro deputado Antônio Carlos Arantes, quero aparteá-lo exatamente para ser solidário ao seu pronunciamento. Nosso estado prima por uma economia pujante. Sabemos que grande parte dos avanços econômicos no nível mundial se deve, e muito, ao agronegócio, principalmente ao produtor de café, sejam pequenos, médios ou grandes. Hoje, lamentavelmente, é com muita tristeza que vemos a realidade que eles vivem, pois não conseguem preço justo que assegure, no mínimo, o custo de produção. Como V. Exa. disse, os produtores não têm saída a não ser vender suas terras. Isso está acontecendo País a fora.

Agora há pouco tivemos a grande feira internacional do café, realizada em Minas Gerais, por esforço do nosso governador Anastasia e do nosso secretário de Agricultura, Elmiro Nascimento. Esse evento demonstrou realmente o grande potencial e acima de tudo a qualidade do nosso café, incluindo o do cerrado. E não vemos garantia mínima do governo federal para que os produtores resgatem sua autoestima e, sobretudo, seu crédito. O que vemos na nossa região do Alto Paranaíba, em Campos Altos, são os produtores vendendo suas propriedades. Lamentamos muito que isso esteja acontecendo, porque são pessoas que acreditaram, deixaram de enveredar por outros segmentos agrícolas justamente para investir no café e ajudar a economia do País. Portanto, quero ser solidário com esses produtores, pessoas do bem que não estão encontrando o eco necessário, sobretudo uma política federal que garanta a produção. Eis o nosso reconhecimento a esses heróis que, lamentavelmente, estão endividados, vendendo a sua produção, não para manter suas propriedades, mas para pagar as contas. Obrigado.

O deputado Antônio Carlos Arantes - Obrigado, deputado Bosco.

O deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Caro deputado Antônio Carlos Arantes, agora meu colega de partido, além de amigo de longa data. É uma honra e grande satisfação tê-lo conosco nas hostes do PSDB. Quero cumprimentá-lo por sua manifestação em defesa do agronegócio, da agricultura brasileira, especialmente do café.

Somos do Sul de Minas, região que tradicionalmente é a maior produtora de café do País não somente em termos de quantidade e qualidade, mas também de longevidade. O café está lá há mais de 100 anos. Esse produto é um pouco nômade, vai de um lugar para outro, já percorreu vários estados do Brasil. Mas, de fato, ele chegou ao Sul de Minas e não saiu mais, representando a nossa mais importante, mais expressiva e tradicional economia.

Quero lamentar juntamente como V. Exa., deputado Antônio Carlos Arantes, a situação da cafeicultura nacional, a situação do setor de café no País. Infelizmente há um descaso do governo federal em relação a essa tão importante e tradicional economia do nosso país. Lamentavelmente, todo o trabalho feito em Brasília junto ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Fazenda e à própria Presidência da República para que alguma luz pudesse ser acesa no sentido de melhorar a situação dos cafeicultores, dos produtores e dos trabalhadores de café em nosso país não surtiu efeito. Vemos, então, o café continuando nessa saga de descida de preço e de preços totalmente aviltados, que não permitem a remuneração de maneira alguma do trabalho insano dos produtores e trabalhadores em nosso país. Portanto, configurando-se uma crise de proporções gigantescas, ainda não começamos a sentir o problema para valer, porque as coisas começam a acontecer a partir de agora. As dívidas vão aumentando, e os produtores vão fazendo frente ao pagamento desses encargos sem ter condições de fazê-lo. Por outro lado, não se vê nenhuma compreensão do governo relativamente a essa economia.

Quando os bancos estão em crise, os governos sempre acenam com uma possibilidade; quando a indústria está em crise, o governo também acena com uma possibilidade; mas quando o café e a agricultura estão em crise, não há nenhuma alternativa, nenhuma solução proposta pelo governo.

Continuaremos batalhando. Os cafeicultores são muito criativos. Algumas cooperativas saem com um bom trabalho, criando nichos de mercados diferentes, café de qualidade, café *gourmet*, estimulando até uma agregação maior de valores ao produto aqui em nosso



chão brasileiro. Mas, isso tudo, meu caro deputado Antônio Carlos Arantes, neste momento, não será suficiente. Não é preciso que haja realmente uma ajuda despuorada. Os cafeicultores querem uma compreensão, querem um tempo, querem um alongamento, enfim, querem preço e melhor garantia para que o seu trabalho, pelo menos, possa ser remunerado e para que possam continuar nessa atividade, porque ela é importante para o nosso país.

Então, cumprimento V. Exa., manifesto aqui a minha solidariedade ao seu trabalho e ao seu pronunciamento, especialmente em relação aos produtores de café do nosso país. Muito obrigado, deputado.

O deputado Antônio Carlos Arantes* - Muito obrigado, deputado Carlos Mosconi, grande parceiro também da cafeicultura.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que a presidenta veio a Varginha e sinalizou que iria comprar 3 milhões de sacas. Infelizmente, o que o governo federal fala não repercute. O preço até caiu e só não caiu mais porque o dólar subiu - senão, teria caído mais ainda. Então, se não houver ação de governo com seriedade e respeito ao produtor, infelizmente o produtor continuará na penúria. Mesmo que o preço do café suba agora, tantos e tantos produtores já perderam os seus bens, já perderam suas propriedades e já estão tão endividados que não têm mais café para vender. Precisamos agir e pensar no momento e também no futuro.

Para encerrar, quero cumprimentar o nosso governador Anastasia e o nosso secretário Elmiro Nascimento, que promoveu o grande encontro internacional do café. Depois de 50 anos em Londres, pela primeira vez no Brasil, em Belo Horizonte, pode-se promover fortemente a cafeicultura mineira e brasileira. Mas é uma pena que o governo federal, que deveria estabelecer preço justo para o nosso cafeicultor, não tem cumprido a sua parte. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna hoje é um bom motivo, são boas notícias, em especial para a minha principal região, onde milito politicamente, do Centro-Nordeste mineiro. Mas antes de iniciar o meu pronunciamento, irei conceder um aparte ao colega deputado Rômulo Viegas.

O deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares. Como fiz anteriormente com o deputado Antônio Carlos Arantes, quero também parabenizá-lo por ingressar nas fileiras tucanas e, com isso, fazer com que a fileira tucana brilhe cada vez mais no cenário do Estado, no cenário brasileiro.

V. Exa., que é um parlamentar de várias alçadas aqui na Assembleia, faz um trabalho extremamente positivo, defendendo a bandeira do Estado e as questões sociais e, claro, sendo um dos soldados de frente do senador Aécio Neves e do governador Anastasia. V. Exa. várias vezes desta tribuna defendeu de forma enfática o governo do PSDB, como também fazemos com extrema convicção, porque reconhecemos que esse governo fez várias modificações a favor da população de Minas e desenvolveu vários projetos favoráveis, colocando Minas Gerais como um Estado de ponta e que contribui de forma expressiva para a balança comercial do Brasil.

Portanto, seja bem-vindo ao PSDB. Tenho certeza de que V. Exa. contribuirá muito para que o nosso governo continue nessa caminhada de vitórias aqui em Minas, estendendo-se também para o solo da pátria. Veremos o sonho dos mineiros ser realizado. Tancredo Neves não teve condições de assumir o governo do País, mas agora temos uma condição extremamente favorável de colocar o senador Aécio Neves, nosso líder, no comando desta nação. Parabéns. Seja bem-vindo ao ninho tucano.

O deputado Gustavo Valadares* - Muito obrigado, deputado Rômulo Viegas. É também motivo de grande satisfação fazer parte agora do PSDB, partido do qual, tenho orgulho de dizer, meu pai foi fundador, no final da década de 1980, juntamente com grandes nomes da política nacional, em especial da política mineira, como Pimenta da Veiga, Aécio, Octávio Elisio, Geraldo Pereira Sobrinho e tantos outros.

Mas o motivo principal deste pronunciamento, Sr. Presidente, é porque no próximo dia 17/10/2013, em Governador Valadares, numa solenidade que terá a presença do Antonio Augusto Anastasia, governador do Estado, teremos o anúncio da inclusão de inúmeros municípios na área de abrangência do Idene, que é, na verdade, o braço operacional da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Venho hoje a esta tribuna para comemorar. Alguns parlamentares desta Casa, junto com este parlamentar que agora está na tribuna, ajudaram a convencer o governo do Estado da necessidade da inclusão desses municípios na área de abrangência do Idene e, consequentemente, na área de abrangência da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas.

Em 2003, Sr. Presidente, assim que tomei posse como deputado no meu primeiro mandato - naquela época ainda era cabeludo, deputado Doutor Wilson Batista, mais jovem; os cabelos da barba ainda não estavam brancos, então, eu podia usar um cavanhaque -, redigi, juntamente com o Alberto Pinto Coelho, hoje vice-governador do Estado e na época deputado e líder de governo desta Casa, um estudo que se chama "A quebra de um tabu", que na verdade tive a oportunidade de apresentar pessoalmente, à época, ao governador Aécio Neves, hoje senador. Demonstrei a ele a necessidade de inclusão desses municípios. Quando do estudo, fizemos a reivindicação para incluir municípios de duas microrregiões nessa secretaria que era recém-criada, os municípios da Associação dos Municípios da Bacia do Suaçuí - Ambas - e os municípios da Associação do Médio Espinhaço - AME. Para ser mais claro para aqueles que não entendem, a Ambas engloba os municípios do entorno de Guanhões, indo até Água Boa, Santa Maria do Suaçuí, e a AME, os municípios de Conceição do Mato Dentro, Serro, Rio Vermelho, Serra Azul de Minas.

Naquela oportunidade, em março de 2003, entreguei ao governador Aécio, à época, esse estudo que, entre outras coisas, trazia dados que comprovavam, deputado Doutor Wilson, que as nossas regiões, essas duas microrregiões, careciam dos investimentos e do olhar cuidadoso que o Estado começava a ter pelo Norte de Minas, pelo Jequitinhonha e pelo Mucuri, pois elas tinham as mesmas características, e ainda as têm. E hoje é até pior, porque, depois de 10 anos da criação da secretaria, 10 anos em que o governo gasta muito mais investimento nessas regiões - e que fique claro que é por justiça -, gasta-se três vezes mais nas regiões do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri do que nas outras áreas que já possuem um desenvolvimento muito maior.

Eu queria sensibilizar o governador, o governo, no sentido de que essas duas microrregiões também precisam fazer parte dessa secretaria. E eu o fiz comparando dados, que mostravam que o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, principal índice e que serve de base, de comparação para a situação de desenvolvimento e qualidade de vida dos municípios, das regiões da Ambas e da AME eram iguais e, por vezes, deputado Rômulo Viegas, piores que o dos municípios do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de



Minas. Só que eles ficavam maquiados, porque, quando esses municípios eram tomados macrorregionalmente por estudo, ou estavam incluídos na macrorregião do Vale do Rio Doce, onde se incluía conjuntamente a região do Vale do Aço, composta por quatro municípios que apresentam uma realidade muito diferente das demais, e que, por consequência, acabavam manchando um pouco a realidade da região, pois subiam a média do IDH regional; ou então os municípios faziam parte da macrorregião central, que incluía, aliás, Belo Horizonte na Região Metropolitana, também aumentando a média do IDH, desvirtuando um pouco a realidade da maioria dos municípios.

Depois de 10 anos de muita luta, lembro-me das conversas com o deputado Bonifácio Mourão e dos seus discursos, que sugeriam a exclusão dos municípios do Vale do Rio Doce, da região do Vale do Aço, criando-se duas regiões macros, diferentes, para que os estudos fossem realizados sem essa maquiagem feita pelo IDH dos municípios do Vale do Aço. Lembro-me também de outros parlamentares e, como já disse, do atual vice-governador Alberto Pinto Coelho; de ex-parlamentares; do ex-deputado Olinto Godinho, que foi solidário conosco naquele momento. Enfim, lembro-me também de outros mais que militaram e militam politicamente nessas regiões, sabendo da necessidade de inclusão desses municípios.

Pois bem, 10 anos se passaram. Então, depois de muita luta, com a sensibilidade deste governo e do governador Anastasia, teremos, no próximo dia 17, numa grande solenidade em Governador Valadares, o anúncio da inclusão de diversos municípios na área de abrangência do Idene e, por consequência, na Secretaria Extraordinária do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri.

Gostaria apenas de ler os nomes dos municípios onde milito politicamente, dos quais conheço as necessidades, sei das aflições do seu povo, da necessidade de um olhar carinhoso por parte do poder público estadual e federal para que façamos daquela região uma região mais próspera. Por conta disso, vou ler o nome desses municípios: Água Boa, Braúnas, Cantagalo, Carmésia, Coluna, Coroaci, Divinolândia de Minas, Dolores de Guanhães, Frei Lagonegro, Gonzaga, Guanhães, José Raydan, Materlândia, Paulistas, Peçanha - terra de minha querida mãe -, Sabinópolis, Santa Efigênia de Minas, Santa Maria do Suaçuí, Sardoá, São João Evangelista, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão, Senhora do Porto e Virgínia. E mais os municípios pertencentes à AME, à época em que fizemos esse estudo da quebra de um tabu, e que serão incluídos agora: Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro. Todos esses municípios passarão a integrar essa área de abrangência do Idene. Essa é uma grande vitória regional. Tenho certeza de que os frutos serão colhidos num futuro próximo. É bom que fique claro que os resultados não surgirão do dia para a noite, não há fórmula milagrosa.

Há uma necessidade de se ter um olhar carinhoso, um olhar especial para com essa região, assim como tivemos e temos com o Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri. Tivemos lá um desenvolvimento esplendoroso ao longo dos últimos 10 anos por causa desse olhar carinhoso e cuidadoso do governo do Estado e do poder público estadual. E espero que tenhamos agora com esses novos municípios incluídos.

Deputado Mourão, antes de lhe conceder aparte, faço um convite ou quem sabe até uma convocação a todos os colegas desta Casa para estarem conosco no dia 17 de outubro, em Governador Valadares, para juntos e de pé parabenizarmos o governador do Estado, Antonio Augusto Anastasia. Vamos agradecer-lhe de pé e ao governo do Estado por esse gol de placa que vai surtir efeito na nossa Guanhães, na nossa Peçanha, na nossa Cantagalo - não é mesmo, Mourão? -, no nosso São José do Jacuri, no nosso Frei Lagonegro, em Rio Vermelho, cidades que precisam desse olhar carinhoso. Concedo aparte a um dos tantos batalhadores desta Casa daquela época quando tínhamos um sonho, que hoje e no próximo dia 17 se tornará realidade. Com a palavra, o deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, V. Exa. está abordando um tema pelo qual estamos lutando. Eu, particularmente, estou lutando há mais de 10 anos, desde que falávamos da criação do Vale do Aço ou da separação do Vale do Aço do Vale do Rio Doce. O Vale do Aço inclui Ipatinga, Belo Oriente e a região de Timóteo, que tem grandes indústrias e é uma região extremamente rica. Já o Vale do Rio Doce é uma das regiões mais pobres e mais carentes de Minas Gerais; é a quarta mais pobre. Batalhamos intensamente para que houvesse essa separação, para que fossem programas de amparo e ajuda para aquela região do Vale do Rio Doce com mais de uma centena de municípios e também para que eles tivessem programas especiais de investimentos. Assim como temos a secretaria especial para o Norte, Jequitinhonha e Mucuri, há também a necessidade de um programa de amparo e assistência àquela região. Por fim, depois de tanto batalharmos, o governador Anastasia resolveu incluir todas aquelas cidades, cerca de 71 cidades, no Idene.

Agora, como V. Exa. muito bem assinalou - e fez o convite -, o governador Anastasia estará em Governador Valadares, no dia 17 próximo, às 11 horas da manhã, possivelmente no Clube Filadélfia, para receber todos os prefeitos, todas as pessoas interessadas, todos os municípios que serão incluídos, a fim de comunicar-lhes a sua inclusão no Idene. Essa inclusão implicará melhoria acentuada principalmente de cunho social para todos aqueles municípios. Vários programas serão contemplados. Por exemplo, o programa Leite pela Vida, que é a distribuição de leite para as pessoas mais carentes, incluindo mulheres grávidas e crianças de até dois anos. Atualmente, Montes Claros distribui milhares e milhares de litros de leite porque está incluída no Idene e na Sudene.

Da mesma forma há programas de apoio ao produtor rural, como a distribuição de resfriadores de leite, que vão, com certeza, beneficiar os menores produtores. A agricultura familiar será sobremaneira beneficiada. Haverá também programas de alfabetização de jovens e de adultos e assim tantos outros que irão melhorar cada vez mais o índice de desenvolvimento humano - IDH - daquela região. Os municípios pertencentes ao Idene, principalmente os do Norte de Minas, têm melhorado, e, com certeza, essa medida do governador Antonio Augusto Anastasia de incluir os nossos municípios no Idene vai trazer melhorias consideráveis. Posso dizer, aparteando e agradecendo a V. Exa., que é um marco histórico no desenvolvimento da nossa região.

O deputado Gustavo Valadares* - Presidente, vou tomar apenas 30 segundos do tempo já excedido. Agradeço ao deputado Bonifácio Mourão e quero dizer que vencemos a batalha, mas não vencemos a guerra. Para vencermos a guerra, precisamos melhorar os índices de desenvolvimento humano, aumentar a queda de mortalidade infantil, melhorar a qualidade da educação regional, que já vem melhorando ao longo dos anos, mas ainda precisa ser olhada com mais carinho. E, mais do que isso, precisamos tentar sensibilizar os empresários mineiros e brasileiros para levarem àquela região grandes empresas e indústrias que ajudem na produção de emprego e renda, que é aquilo de que a região necessita muito.



Fato é que precisamos comemorar esta que, sem dúvida, é uma das melhores notícias que a nossa região já recebeu: a inclusão na área do Idene desses municípios, que, como consequência, receberão um olhar mais cuidadoso e carinhoso por parte do poder público estadual e, espero, do poder público federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputados e deputadas, venho nesta tarde fazer um alerta interessante. Volta e meia vemos a oposição criticar e afirmar de forma veemente que o Estado de Minas Gerais tem uma dívida enorme, impagável, e que está quebrado, deixando parecer que os outros estados da Federação não possuem dívida alguma, quando todos sabemos que tanto os outros estados quanto vários municípios têm dívidas. Recentemente, o prefeito de São Paulo, o Haddad, do PT, comentou que não tem condições de arcar com a dívida pública da prefeitura. Isso nos faz voltar àquela famosa discussão sobre o modelo de distribuição de recursos.

Mas o interessante é que o jornalista Cláudio Humberto, no *Hoje em Dia* de 7/10/2013, fala o seguinte: o atual governo federal, que adora ditaduras africanas, perdoou a dívida de US\$43.000.000,00 do Sudão, país onde a ditadura está instalada há 24 anos. Não vou entrar no mérito da ditadura, mas é muito estranho que o governo federal perdoe a um país africano uma dívida de US\$43.000.000,00, segundo matéria jornalística não da revista *Veja*, que criticam a toda hora, mas do jornal *Hoje em Dia*. Isso em total incoerência com sua postura em relação aos entes federados. Quer dizer, o governo acha fácil forçar o Estado de Minas a tirar empréstimos a juros de 6% a 7%, mas não nos perdoa a dívida, que é de 15%. Essa conta matemática não fecha; é uma aritmética que não vai fechar nunca. Mas volta e meia apontam os defeitos do Estado e nossas dificuldades, dando a entender que estamos no país da Alice, no país das maravilhas.

Vamos lá: “Ainda não é o fim do mundo, mas, no painel de controle da aceitação do Brasil como país confiável para investimento, mais uma das luzes verdes trocou de cor; ficou amarela”. O Brasil, que há alguns anos vinha mantendo o tripé da economia, estabilidade, política cambial e fiscalização rigorosa dos recursos, perdeu totalmente esse rumo. Há hoje um gasto excessivo com a máquina; no governo federal, tomam-se decisões imputadas aos municípios; aprovou-se a Emenda nº 29, exigindo que municípios e estados gastem mais com a saúde, e o governo federal não contribui.

E aí, claro, todos os governadores - e não só Minas Gerais, como as pessoas acompanham pela televisão, pelos jornais - têm dificuldades. Isso acontece em vários estados brasileiros.

Há um artigo que diz o seguinte: “Sem o barulho dos índices de inflação e os holofotes da evolução do crescimento da economia medido pelo PIB, os números da balança comercial e, por conseguinte, das transações correntes do Brasil com o exterior, demonstram sérias preocupações por parte de integrantes do governo”. Governo que, em campanha eleitoral, combateu rigorosamente a privatização. Falar em privatização era crime. Aí trocaram a palavra “privatização” por “concessão”. Não, a nossa concessão é diferente. Claro que é. Com recursos aportados junto ao BNDES, fica fácil fazer concessão. Só que ninguém quer participar. Estão com dificuldades de motivar o empresariado a participar. Primeiro, porque se assustam, porque eles combatiam veementemente a privatização, e agora não, é concessão. Vamos fazer concessões para resolver o problema do Brasil.

No *Jornal Nacional* se vê como anda o Brasil na questão do saneamento. Ah, isso é responsabilidade, como sempre, do pobre coitado do prefeito. O pobre coitado do prefeito ou da prefeita é que paga o pato. É interessante, quando eles vêm aqui à tribuna, deputado Doutor Wilson Batista, falam o que querem do nosso governo. Fazem até ofensas pessoais. Agora, quando chegamos aqui e mostramos um Brasil diferente, totalmente - “Inflação indigesta. Batalha contra alta de preços está longe do fim e crescimento deve demorar a deslanchar. É preciso rever o modelo e incentivar produção” -, aí eles ficam bravíssimos. Não, porque aqui, no Plenário, só se pode discutir as questões de Minas. Não se pode falar nada do Brasil.

Ora, somos uma federação. Está tudo interligado. Estados e municípios são entes federados, as células maiores da Nação. Não, aqui só se pode questionar o governo de Minas. Só se pode falar mal do governo de Minas, do governo federal não. Porém, por mais que a gente não queira fazer isso, a imprensa mostra a situação do Brasil. E mostra a situação de Minas também.

Sr. Presidente, quero resguardar o direito da minha fala. Estou sendo interrompido.

Nesse aspecto concordamos plenamente, deve-se rever um processo de distribuição do modelo de recursos do governo federal, porque o que estamos vendo... O senhor é professor? O senhor é professor? O senhor é professor?

- Cruzam-se apartes.

Então o senhor está muito ruim. Professor ter um comportamento como esse é extremamente deselegante. Eu gostaria de resguardar meu pronunciamento, presidente.

Sr. Presidente, tenho a grata satisfação de dizer que sou professor. Não cometo falta de educação com ninguém. A nossa função é educar.

Então, Sr. Presidente, continuando o raciocínio, entendemos perfeitamente que esse modelo de distribuição de recursos está totalmente falido, totalmente errado. Não há condição nenhuma de prefeitos e governadores assumirem despesas, sejam elas de folha de pagamento, sejam elas de estruturas e infraestruturas. O que vemos, lamentavelmente, é uma falta de mais recursos para prefeitos e governadores poderem fazer gestão pública de eficiência, gestão pública que atenda a todos os segmentos nas suas diversas áreas.

O que mais me preocupa e que acho muito interessante, Sr. Presidente, é que hoje o prefeito, na condição de gestor municipal, recebe diariamente as demandas que são apresentadas no seu contato do dia a dia, no seu monitoramento para resolver problemas; e o que percebemos é uma queda brusca do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Aí há um detalhe: o próprio ICMS do Estado, deputado Inácio Franco, precisa ser revisto e melhorado para que, em efeito cascata, tenhamos condições de viabilizar a gestão pública; senão, daqui a alguns anos continuaremos nesse mesmo processo de inviabilização das gestões.

Recentemente, um grande amigo e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Sebastião Helvécio, mostrava numa palestra que a maioria das prefeituras brasileiras, em consequência da proibição do gasto excessivo com a folha de pagamento, está sendo inserida na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Isso porque, quando se aumenta o salário mínimo, há reflexo na receita do município. A



despesa aumenta, a receita cai, o percentual da folha de pagamento aumenta e, com isso, o prefeito está incurso na LRF. Consequentemente, poderá até ocorrer o fato de cair em processo de improbidade administrativa.

Tenho dito sempre, em todos lugares e aqui no Parlamento, onde fomos designados para falar e, quando falamos, entendemos que, como sempre, dentro do processo de democracia, teremos reações positivas e reações negativas. Mas o importante é sempre promover o debate e mostrar que não é apenas o Estado de Minas Gerais que se encontra em dificuldade, são todos os estados. Ano que vem teremos eleições, e praticamente será um ano em que não se celebrará quase nenhuma realização de convênios, estruturas e infraestruturas. O que se percebe, na realidade, é uma disputa eleitoral.

Passando 2014, entra 2015 e renovam-se os governadores, o presidente, mas o modelo de distribuição de recursos continua o mesmo. Aí, mais uma vez, estados e municípios contraem empréstimos junto ao governo federal. Mas chegará uma hora em que o próprio governo federal não terá condições de fazer isso porque, pela lógica de percentual de taxa de juros, quando se tem uma dívida já acentuada nesse percentual e se apresenta uma carta de investimentos com juros menores, é claro que todos vão querer a carta de juros menores.

Portanto, nesta tarde, mais uma vez, sou solidário aos prefeitos brasileiros. Haverá um momento em que estaremos acompanhando a marcha em Brasília para solicitar a revisão desse modelo. Temos de ser muito francos. O governo do PSDB ficou oito anos lá, não mudou; o governo PT está há 10 anos lá, não mudou. Nós, que tivemos a experiência de administrar, de ser prefeitos, entendemos que, se não mexermos nessa nova distribuição do FPM, do Fundo de Participação dos Estados - FPE -, continuaremos cada vez mais trazendo problemas sérios para as gestões dos municípios.

Neste momento queremos nos congratular com todo o governo do Estado pelo que tem sido feito, pelas realizações, pelo reconhecimento dos prefeitos, pelo reconhecimento da população mineira, que nos deu e nos dará votações expressivas para continuarmos esse trabalho, defendendo cada vez mais a nossa bandeira. Nossos cumprimentos e elogios ao governador Anastasia e ao senador Aécio Neves, porque defendemos o nosso governo e reconhecemos a sua importância no cenário político de Minas.

Vocês que nos acompanham na Assembleia sabem da importância dos programas Caminho de Minas e Processo e dos investimentos que são feitos. Há de se reconhecer o mérito do governo do PSDB em Minas Gerais, quando se elabora uma pesquisa focalizada e espontânea. Isso é histórico e real. As pesquisas comprovam que vencemos. Tenho certeza absoluta de que continuaremos vencendo a eleição. Participamos de um processo num contexto de democracia. É extremamente fundamental reconhecer o mérito e aquilo que fazemos. A população de Minas sabe muito bem disso.

Portanto, quero, nesta tarde, enviar um abraço ao governador Anastasia e ao senador Aécio Neves e a toda a sua equipe de governo. Sabemos perfeitamente das dificuldades do Estado, mas, no nosso ninho, temos pessoas competentes e preparadas para atenderem a demanda e os anseios da nossa população em todos os seus segmentos.

Temos orgulho de pertencer ao governo do PSDB, de ter o governador Anastasia à frente deste governo e de saber que, muito em breve, o senador Aécio Neves disputará e vencerá as eleições do ano que vem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, deputadas e deputados, nem precisarei responder ao meu colega Rômulo Viegas, porque, ouvindo a reação dos que estão nas galerias, essa já é a resposta de que esse é o sentimento também de todos os mineiros.

Quando ele falou de toda a equipe de governo do Aécio, pensei que era a equipe do governo de Anastasia. Não sabia que Aécio ainda era o governo. Talvez esteja ajudando a governar no Rio, porque ele adora o Rio de Janeiro, onde mora e vive - e, de vez em quando, passeia em Minas. Não temos nada para comemorar nestes 11 anos de arrocho, retrocesso, sucateamento da máquina pública e nenhum apoio às categorias. Está aqui a Polícia Civil, assim como estão os professores. Falta diálogo. Não há diálogo com ninguém. Conseguiu quebrar Minas Gerais porque pegou uma dívida de R\$14.000.000,00 e entregará o Estado com mais de R\$100.000.000,00. Se esse modelo continuar, Minas estará totalmente sucateada em pouco tempo. Quer dizer, estão acabando de sucatear o Estado. Aliás, não estará mais quebrado. Se continuar esse modelo, vão moer. Ainda podemos consertar o que se quebra, mas o que está moído não tem mais jeito.

Portanto, para que o Estado não chegue a essa situação, tenho certeza de que o sentimento da população de Minas Gerais... Isso é o que temos visto. Aliás, quero rebater o colega Rômulo Viegas, dizendo-lhe que as pesquisas não estão mostrando isso. O ministro Fernando Pimentel lidera as pesquisas com folga e muita folga. O segundo colocado é o candidato do PMDB. Então, está havendo uma distorção na fala do meu colega.

Quero, mais uma vez, retornar a esta tribuna para insistir num assunto de fundamental importância.

O Rômulo falou da questão do pacto federativo e da redistribuição de renda. Vamos tocar também nessa questão aqui, em Minas Gerais. Aprovamos, nesta Casa, a redistribuição do ICMS Ecológico, que faz justiça com os municípios mais pobres de Minas Gerais, como os municípios do Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas, de parte do Mucuri e do Noroeste, enfim, os municípios que possuem mata seca. O secretário de Meio Ambiente do governo Aécio entendeu que os municípios dessa região fazem parte do bioma da mata atlântica. Todos os produtores rurais que têm propriedades que não foram desmatadas nessa região ficaram engessados, sem poder fazer nenhum investimento.

O ICMS Ecológico em Minas Gerais, que distribui 1% do ICMS que o Estado arrecada, hoje é distribuído da seguinte forma: os municípios que têm rede de esgoto, estação de tratamento e coleta seletiva levam 45,45% desses recursos. Até o número é estranho. E os municípios que têm unidade de conservação levam 45,45% dos recursos, sobrando apenas 9,1% para os municípios que têm mata seca. Propomos na discussão do código florestal e aprovamos a Emenda nº 24, de minha autoria, que iguala essa distribuição. Então todos os municípios que têm mata seca, rede de esgoto e estação de tratamento receberão da mesma forma: 33,33%. Assim, equilibramos um pouquinho essa distribuição. Não se resolve o problema, mas se melhora a situação dos municípios mais pobres do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, pois melhorarão sua arrecadação no critério mata seca, podendo aumentar o ICMS Ecológico nesse critério em até 350%.



Às vezes, R\$10.000,00, R\$20.000,00 não fazem falta para Belo Horizonte, não fazem falta para Betim e não fazem falta para Uberlândia, mas R\$20.000,00 a mais, por mês, para municípios como Manga, Poté, no Vale do Jequitinhonha, Virgem da Lapa, Araçuaí, São João das Missões, Itacarambi e Januária, é muito recurso. Dá para o prefeito socorrer a comunidade no abastecimento de água, fazer uma ponte, patrolar uma estrada, enfim, essa arrecadação é muito importante para esses municípios. Por isso, volto aqui para fazer um apelo ao governador Anastasia: ao sancionar o código florestal aprovado por esta Casa, também sancione a Emenda nº 24, de nossa autoria, para fazermos justiça com a distribuição do ICMS Ecológico em Minas Gerais.

Quero falar também - e já cobrei isso, deputado Tadeuzinho, na reunião passada - sobre a questão do Bolsa Verde. Como o deputado Tadeuzinho está rodando o Norte de Minas, pode ver que o Estado deu um calote nos produtores: há dois anos não paga os produtores inscritos no Bolsa Verde do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e, acredito, das outras regiões do Estado. A nossa região é a mais prejudicada porque é a que mais se preservou: 56% do Norte de Minas ainda é composto de cobertura vegetal. Deputada Liza, quero dizer que a questão do Bolsa Verde foi uma iniciativa brilhante desta Casa, e participei dela. Na época, o projeto do deputado Roberto Carvalho juntou-se ao meu. Meu projeto se chamava ICMS Ecológico; o dele, Bolsa Verde. Ambos tinham o mesmo sentido, mas aprovamos o Bolsa Verde. O governo cadastrou todo mundo e pagou os recursos em 2010, mas em 2011, 2012 e 2013, ninguém recebeu nada. O calote já tem 3 anos. Aqueles produtores que pegaram suas propriedades, cercaram-nas, demarcaram-nas e assinaram convênio com o Estado não podem fazer nada. Eles transformaram suas propriedades conquistadas com suor e muito trabalho em reserva legal para o Estado de Minas Gerais para receberem os recursos do Bolsa Verde, mas o calote já completa 3 anos. Então venho aqui para cobrar uma posição do secretário de Meio Ambiente. O Norte de Minas não consegue mais ser caloteado dessa forma. O Norte de Minas não suporta mais isso. A cidade de Montes Claros - e o deputado Tadeuzinho está aqui e não me deixa mentir -, em 11 anos do governo Aécio e Anastasia, não tem sequer uma obra de relevância do governo do Estado.

Nem uma única obra de relevância. Então, precisamos que este governo faça alguma coisa pelo Norte de Minas e pelo Vale do Jequitinhonha, pelo menos no que diz respeito ao que já assumiu, aos contratos já assinados, como o Bolsa Verde, e, ao código florestal, de não vetar a Emenda nº 24, para melhorar o ICMS desses municípios mais pobres. Por isso faço esse apelo e peço a todos vocês - prefeitos, vereadores, lideranças do Norte de Minas e a bancada do Norte - que nos ajudem a pedir ao governador para não vetar a Emenda nº 24, para que a distribuição do ICMS Ecológico de Minas Gerais vá para quem realmente precisa: os municípios mais pobres.

Essa emenda está preservando o Norte de Minas, que é o pulmão, a Amazônia de Minas Gerais. E não recebemos nada por isso. Quem recebe ICMS Ecológico em Minas Gerais são os grandes poluidores: Contagem, Betim, Uberaba, Uberlândia. O Triângulo Mineiro não tem mais nada de reserva. Lá eles desmataram 100% para plantar cana, para fazer açúcar e álcool. E lá o pessoal do meio ambiente não mexe com eles, são poderosos, são os usineiros, os amigos do Aécio. Portanto, lá o meio ambiente não pode meter o bedelho, meio ambiente tem de fechar os olhos lá. Meio ambiente só pode atuar no Norte de Minas porque o povo é mais pobre. Lá eles impõem a lei e fazem o que querem. Portanto, já que o Norte de Minas tem de "pagar o pato" de ser a Amazônia do Estado, o pulmão do Estado, queremos que o Estado pelo menos mande para o Norte de Minas o ICMS Ecológico, aprovado por unanimidade nesta Casa. Peço ao governador não vetar e sancionar a Emenda nº 24.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 14/10/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Cabo Júlio

exonerando Érico Rodrigues de Souza do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Wander de Castro para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Gabriela Fagundes Diniz Couto para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Pompílio Canavez, Vice-Líder do Bloco Minas Sem Censura.

TERMO DE CONTRATO CTO/149/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Editora NDJ Ltda. Objeto: aquisição de assinatura dos periódicos *Boletim de Direito Administrativo*, *Boletim de Direito Municipal* e *Boletim de Licitações e Contratos* para o período de janeiro a dezembro de 2014. Vigência: a partir de assinatura. Licitação: inexigibilidade, art. 25, I, Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3333.90(10.1).